



PERFIL DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E USO DOS CRITÉRIOS DE ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE [ESG] NA REGIÃO BAIXO SUL, BAHIA

PROFILE OF FAMILY FARMING PRODUCERS AND USE OF ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE [ESG] CRITERIA IN THE BAIXO SUL REGION, BAHIA

PERFIL DE PRODUCTORES DE AGRICULTURA FAMILIAR Y USO DE CRITERIOS AMBIENTALES, SOCIALES Y DE GOBERNANZA [ESG] EN LA REGIÓN DEL BAIXO SUL, BAHIA

Louise Franco Andrade¹

Risely Ferraz-Almeida²

Resumo: Os critérios Environmental, Social and Governance [ESG], que em português podem ser traduzidos para Ambiental, Social e Governança, norteiam os negócios ao compromisso ambiental, responsabilidade social e melhoria nas práticas de governança, e consideram a avaliação da interação de determinado estabelecimento com o meio ambiente e a sociedade. Com a hipótese que os agricultores familiares da região do Baixo Sul da Bahia adotam medidas socioprodutivas convergentes aos critérios de ESG, esse estudo tem o objetivo de monitorar o perfil dos produtores rurais e suas informações a respeito da gestão do planejamento da agricultura familiar e utilização de técnicas sustentáveis de produção agrícola. Os resultados demonstraram que o perfil do produtor foi formado na maioria por homens, correspondendo a 70% da amostra estudada, e 80% com faixa etária entre 18 a 30 anos. Em relação ao nível de escolaridade, cerca de 40% dos entrevistados apresentam o Ensino Médio Incompleto, seguido de 33,3% que completaram o Ensino Técnico. A maior parte dos produtores recebem benefícios de políticas públicas, tais como bolsa família, Agroamigo e Pronaf (73,3%). Os produtores utilizam técnicas de gestão de resíduos (65%), no entanto, 70% dos entrevistados relataram já ter praticado queimada ou desmatamento. A maior motivação que os levaram a utilizar práticas de queimada foi a acessibilidade e facilidade, ou que os produtores não conheciam outra alternativa, bem como suas consequências ambientais. Também verificamos que 97% dos produtores utilizam rotação/sucessão ou consórcio/sistema agroflorestal.

¹ Coordenadora de Sustentabilidade, na Fundação Norberto Odebrecht, Salvador, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2179-2716>. E-mail: louise.franco.andrade@gmail.com

² Pós-doutora em Solos, pela Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0577-3961>. E-mail: rizely@gmail.com

Palavras-chave: Sustentabilidade. Práticas de Preservação. Socioeconômico. Desmatamento.

Abstract: *The Environmental, Social and Governance [ESG] criteria, which in Portuguese can be translated to Environmental, Social and Governance, guide businesses towards environmental commitment, social responsibility, and improvement in governance practices, and consider the evaluation of the interaction of a particular establishment with the environment and society. With the hypothesis that family farmers in the Baixo Sul region of Bahia adopt socio-productive measures that converge to the ESG criteria, this study aims to monitor the profile of rural producers and information regarding the management of family farming planning; and use of sustainable agricultural production techniques. Results showed that the producer profile was formed mostly by men, corresponding to 70% of the sample studied, and 80% aged between 18 and 30 years. Regarding the level of education, about 40% of respondents have incomplete high school, followed by 33.3% who have completed technical education. Most producers receive benefits from public policies, such as Bolsa Família, Agroamigo and Pronaf (73.3%). Producers use waste management techniques (65%), however, 70% of respondents reported having already practiced burning or deforestation. The biggest motivation that led them to use burning practices was accessibility and ease, or that producers did not know any other alternative, as well as its environmental consequences. We also verified that 97% of the producers use rotation/succession or consortium/agroforestry system.*

Keywords: Sustainability. Preservation Practices. Socioeconomic. Logging.

Resumen: *Los criterios Ambientales, Sociales y de Gobernanza [ESG], que en portugués pueden traducirse como Ambientales, Sociales y de Gobernanza, orientan a las empresas hacia el compromiso ambiental, la responsabilidad social y la mejora en las prácticas de gobernanza, y consideran la evaluación de la interacción de un establecimiento particular con el medio ambiente y la sociedad. Con la hipótesis de que los agricultores familiares de la región del Baixo Sur de Bahía adoptan medidas socioprodutivas que convergen a los criterios ESG, este estudio tiene como objetivo monitorear el perfil de los productores rurales y las informaciones sobre la gestión de la planificación de la agricultura familiar; y el uso de técnicas de producción agrícola sostenible. Los resultados mostraron que el perfil del productor estuvo formado en su mayoría por hombres, correspondiendo al 70% de la muestra estudiada, y el 80% con edades entre 18 y 30 años. En cuanto al nivel de educación, cerca del 40% de los encuestados tiene secundaria incompleta, seguido del 33,3% que tiene educación técnica completa. La mayoría de los productores reciben beneficios de políticas públicas, como Bolsa Família, Agroamigo y Pronaf (73,3%). Los productores utilizan técnicas de manejo de residuos (65%), sin embargo, el 70% de los encuestados reportaron haber practicado ya quema o deforestación. La mayor motivación que los llevó a utilizar prácticas de quema fue la accesibilidad y facilidad, o que los productores no conocían otra alternativa, así como sus consecuencias ambientales. También verificamos que el 97% de los productores utilizan el sistema de rotación/sucesión o consorcio/agroforestería.*

Palabras clave: Sustentabilidad. Prácticas de Preservación. Socioeconómico. Explotación florestal.



Introdução

No Brasil, as formas de produção agrícola são realizadas sob condições distintas, culminando no surgimento de variados sistemas produtivos. Haja vista que os sistemas de produção são resultados de complexas interações mediadas pelo homem, inserido em um determinado ambiente, ou tempo, considerando um conjunto de fatores, alguns dos quais manipuláveis, permitindo a tomada de decisões (CARBONERA *et al.*, 2020).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA] (BRASIL, 2020), a Lei 11.326/2006, determina as regras para a elaboração da Política Nacional da Agricultura Familiar, bem como as exigências para o reconhecimento desse público. O agricultor familiar é caracterizado como um empreendedor familiar rural que desenvolve atividades em ambiente rural, com área de, no máximo, quatro módulos fiscais (a depender da região), mão de obra e renda familiar atrelada ao estabelecimento e administração da propriedade rural pela própria família.

A Agricultura Familiar representa 77% dos empreendimentos rurais do Brasil, sendo esses estabelecimentos os maiores produtores de alimentos consumidos pelos brasileiros, e é constituída por uma ampla diversidade de combinações de manejo e adequação dos recursos, abrangendo a terra, trabalho e capital (IBGE, 2017). Os indivíduos responsáveis pela agricultura familiar dependem de um ambiente com uma sanidade ampla, onde seus produtos possam ser produzidos de maneira a garantir o sustento familiar, o bem-estar de sua família e mediante distintas alternativas, almejam se inserir no mercado de oferta de alimentos. Em contrapartida, o consumidor atual vem se tornando cada vez mais exigente, levando em consideração tanto a qualidade dos produtos consumidos, bem como sua origem. Para o consumidor, é interessante ter conhecimento acerca das condições de produção dos alimentos, ou seja, se os processos produtivos são subsidiados pela sustentabilidade. Essa transformação de comportamento, envolvendo o mercado e o consumidor, possibilita a abertura de frentes inovadoras de mercado, com prioridade na valorização de produtos orgânicos e saudáveis (BITTENCOURT, 2020).

Para o permanente desenvolvimento das atividades nos estabelecimentos voltados para a agricultura familiar, é fundamental a inserção de alternativas tecnológicas e inovadoras que



contribuam para práticas sustentáveis, sobretudo os de menores porte, que visem otimizar a produção, atendendo às necessidades do mercado consumidor, proporcionar a geração de renda e, sobretudo, assegurar o processo de sucessão familiar. Por meio da inovação das práticas produtivas nesses estabelecimentos, será possível o melhor manejo dos recursos naturais, tornando a agricultura familiar cada vez mais sustentável ambientalmente (BITTENCOURT, 2020). Nesse contexto se inserem os critérios ESG, Environmental, Social and Governance, que em português podem ser traduzidos para Ambiental, Social e Governança, tem o foco no desenvolvimento sustentável.

A agenda ESG, com origem na década de 70, intensificou a preocupação com o meio ambiente a partir dos anos 2000, que culminou na criação dos Princípios para o Investimento Responsável (ou Principles for Responsible Investment [PRI], na sigla em inglês), no ano de 2006, por iniciativa da Organização das Nações Unidas [ONU]. Os critérios ESG abarcam as medidas de preservação do meio ambiente, responsabilidade social, melhoria nas práticas de governança, e consideram a avaliação da interação de determinado estabelecimento com o meio ambiente e a sociedade. Isto significa que as empresas ao implementarem e atenderem aos critérios ESG revelam melhor domínio na administração de seus negócios, demonstram maior resiliência frente aos momentos de crise e, ao adotarem boas práticas ambientais e sociais, se tornam mais atraentes para os investidores, ganhando espaço no mercado competidor.

A produção agrícola brasileira precisa se preparar para essa nova realidade, com respeito às leis e contribuindo para a sustentabilidade ambiental e social. Considerando que nos estabelecimentos voltados para a agricultura familiar, a sucessão familiar é um elemento fortemente presente, conformado como uma etapa importante e vital para a sobrevivência desse tipo de agricultura.

Com a hipótese que os agricultores familiares da região do Baixo Sul da Bahia utilizam os critérios de ESG em suas atividades produtivas, esse estudo tem o objetivo de monitorar o perfil dos produtores rurais e as informações a respeito da gestão do planejamento da agricultura familiar; e utilização de técnicas sustentáveis de produção agrícola.



Metodologia

A pesquisa foi realizada na região do Baixo Sul da Bahia, região caracterizada por marcantes vulnerabilidades sociais e degradação ambiental, um território de identidade constituído por 14 municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.

Na perspectiva ambiental, o Baixo Sul revela contradições: de um lado, uma região rica em biodiversidade, distribuição das chuvas regular, onde predomina o Bioma Mata Atlântica e importantes remanescentes florestais. Enquanto do outro, as degradações ocasionadas pela supressão das matas ciliares, diminuição da cobertura florestal e poluição dos cursos d'água que recebem esgotos e agrotóxicos decorrentes de manejos inapropriados.

O clima da região é classificado como tropical, com elevada temperatura e precipitação, consequentes da proximidade do litoral. As temperaturas médias variam entre 21° C e 31° C. A produção da região é diversificada, com cultivos, principalmente, de banana, abacaxi, mandioca, aipim, palmito, cacau, cravo, dendê, palmito, piaçava, guaraná, pimenta do reino, graviola e seringueira.

A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista aplicado a 31 produtores rurais da localidade do Baixo Sul da Bahia. O questionário foi distribuído pelos membros da (i) Organização de Conservação de Terras [OCT] (fundada em 2001), (ii) Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves [CFR-PTN], (iii) Casa Familiar Rural de Igrapiúna [CFR-I]; (iv) Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha [CFAF], e da Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves [COOPATAN].

O roteiro de entrevista foi composto por três partes: 1) dados sociodemográficos: sexo, idade, grau de instrução; 2) Informações a respeito da gestão do planejamento da agricultura familiar; 3) Informações sobre técnicas sustentáveis de produção agrícola. As variáveis analisadas tratavam sobre gestão: (i) planejamento e controles de manejo, acompanhamento de custos, resultados e acesso a assistência técnica; (ii) estabelecimentos rurais com característica de sucessão familiar; (iii) produtores rurais de agricultura familiar, maiores de 18 anos,



beneficiários das ONGs e associados da Cooperativa localizados no território de identidade do Baixo Sul da Bahia; (iv) produção sustentável, técnicas aplicadas para promover a conservação do solo, da flora, da fauna, revitalizar os recursos hídricos, planejamento e regularização de suas propriedades com ações de reflorestamento.

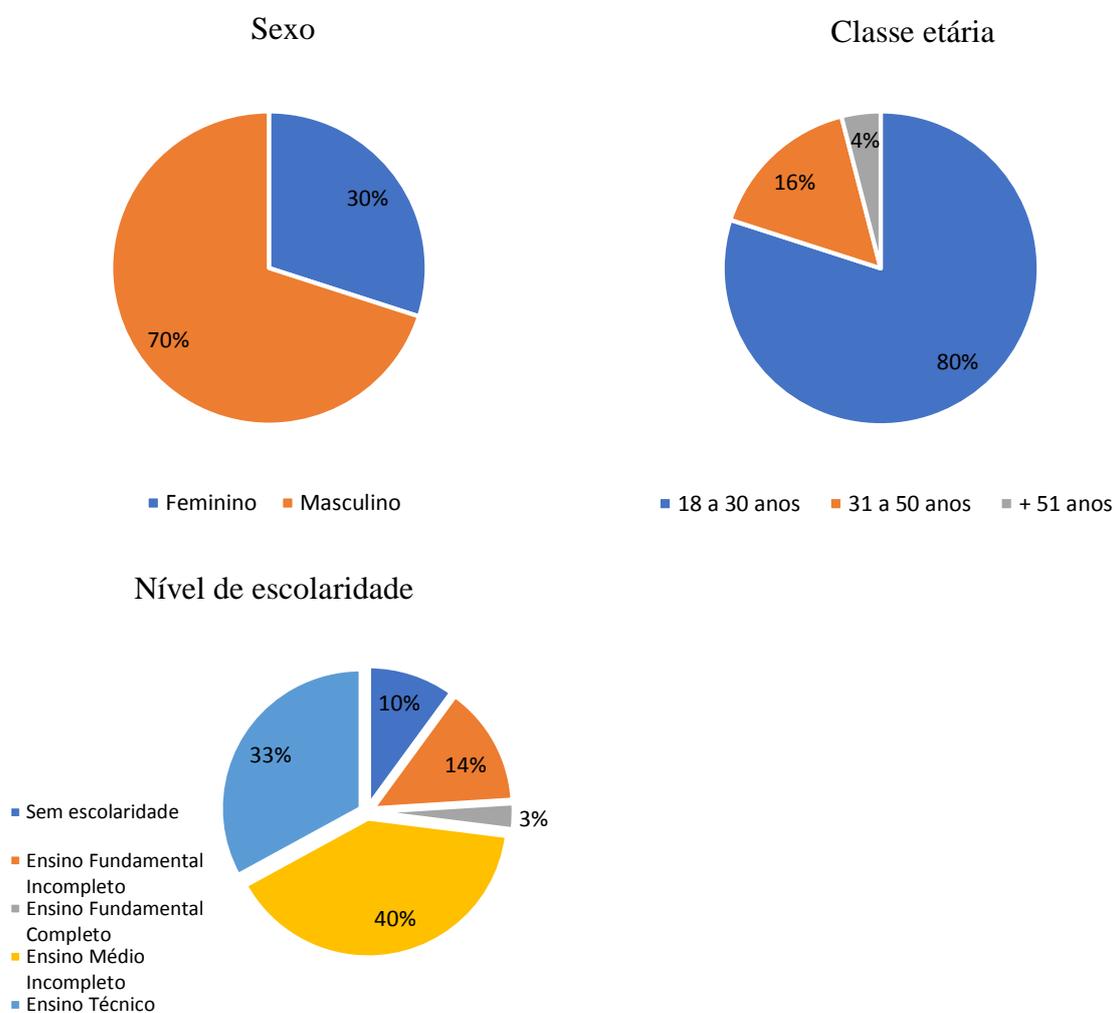
Foram preservadas as identidades dos entrevistados, e os mesmos concordaram com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [TCLE], utilizado para participação em pesquisas. As entrevistas foram realizadas individualmente seguindo o roteiro previamente elaborado e foram aplicados diretamente aos produtores.

Resultados e discussão

O perfil do produtor foi formado na maioria por homens, correspondendo a 70% da amostra estudada, e 80% com faixa etária entre 18 a 30 anos (Figura 1). Esse perfil de produtor rural também foi descrito por Santos *et al.* (2020), em estudo realizado com produtores orgânicos de Sergipe; evidenciaram que grande parte dos participantes da pesquisa eram produtores em distintas faixas etárias, e uma população ativa caracterizado na agricultura familiar como fonte de subsistência. O estudo de Santos *et al.* (2020) também demonstrou que 92% dos produtores pertenciam ao sexo masculino e somente 8% eram do sexo feminino, dados que também corroboram com esse estudo, na qual a maioria dos agricultores familiares é do sexo masculino. Contrariamente aos resultados supracitados, Lira et al. (2013) identificaram que dos 18 produtores agrícolas entrevistados 50% eram homens e 50% mulheres, e a média de idade de 38 e 34 anos para os homens e mulheres, respectivamente.



Figura 1: Perfil sociodemográfico dos produtores localizados na região Baixo Sul da Bahia, região caracterizada por marcantes vulnerabilidades sociais e degradação ambiental, território de identidade



Fonte: Elaboração das autoras.

Em relação ao nível de escolaridade, cerca de 40% dos entrevistados apresentam o Ensino Médio Incompleto, seguido de 33,3% que completaram o Ensino Técnico (Figura 1). Lira *et al.* (2013); Finatto e Salamoni (2008) e Reis; Moreira e Cunha (2017) também caracterizaram os produtores da agricultura familiar nas propriedades que estudaram como de



baixa escolaridade, conforme os dados dessa pesquisa em que a maioria tem ensino médio incompleto. Estudando o perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Barreiros, em Pernambuco, Lira *et al.* (2013) encontraram que dos produtores rurais, 67 % tinham ensino fundamental incompleto, 11% completaram, e 22% finalizaram o ensino médio, enquanto que ao investigar o perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Finatto e Salamoni (2008) observaram que dos 10 produtores rurais entrevistados, 7 proprietários possuem o ensino fundamental incompleto. Valendo-se de uma pesquisa de campo em 133 propriedades agrícolas da capital Federal do Brasil, nos resultados de Reis; Moreira e Cunha (2017) em média 60% dos produtores rurais são analfabetos ou têm ensino fundamental incompleto. Os autores ressaltam que o grau de escolaridade mais elevado é um elemento importante para que o produtor rural seja capaz de apreender as inovações técnico-científicas, de maneira a aprimorar as suas práticas de reprodução social.

Nesse mesmo sentido, Pereira *et al.* (2020) pontuam que o nível de escolaridade dos produtores é considerado um fator importante no que diz respeito a tomada de decisões, haja vista que a baixa escolaridade pode comprometer o processo de inserção e de manejo de novas tecnologias na propriedade. Nós esperávamos que o perfil dos produtores que atuam na região do Baixo Sul da Bahia, com uma maior presença de mulheres. De acordo com Santos *et al.* (2020), a produção agroecológica atrai grande quantitativo de mulheres. No entanto, nossos resultados reforçam que a agricultura é considerada ainda um ambiente em que os homens predominam, em consonância com dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. Além disso, a força de trabalho da agricultura familiar que é constituída por membros da família, encontra na figura da mulher uma participação importante na propriedade, na condução das atividades domésticas e no apoio laboral com a produção do campo, enfatizam Freitas e Wander (2017).

A investigação também mostrou que o produtor familiar com nível de escolaridade baixo não diversifica a sua produção, o que pode comprometer a sua renda, enquanto que os produtores com maior nível de educação formal, diversificam mais a sua produção e, por isso, aumentam o seu rendimento. Desse modo, conclui-se que ao diversificar a produção, os



produtores sentem impactos importantes e positivos em sua renda, mesmo sendo pequenos produtores rurais, posto que, uma produção agrícola que mantém as suas culturas diversificadas aumenta o nível de complexidade da atividade em comparação a produção de monocultivo, visto que abrangem amplas decisões com relação ao destino e aplicação dos recursos, utilização e manejo do solo, maneira como realizar o cultivo de produtos distintos, entre outros. Dessa forma, os produtores rurais que optam por diversificar suas produções necessitam de um maior conhecimento em comparação aos demais.

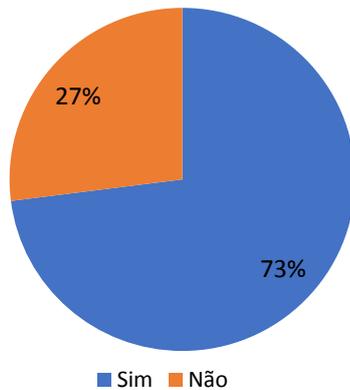
Gestão das propriedades agrícolas

Em relação à gestão do planejamento da agricultura familiar, 73,3% dos participantes relataram ter benefícios por parte de determinadas políticas públicas, tais como bolsa família [Programa de Transferência Direta de Renda], Agroamigo [Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste], Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], enquanto 26,7% dos produtores rurais não possuem qualquer benefício (Figura 2). De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), o setor agrícola é intensamente dependente das políticas públicas em decorrência da vulnerabilidade inerente das variações produtivas e dos preços que impactam fortemente a renda dos produtores. Na década de 90, o Brasil viveu um marco importante voltado para as políticas agrícolas, com um foco especial para a agricultura familiar e pela consolidação de uma perspectiva inovadora de gestão pública com identificação da necessidade de apreciação de novas ações governamentais. Uma maior importância do Estado ao produtor familiar advém tanto do fortalecimento dos movimentos sociais vinculados às causas camponesas quanto do entendimento da importância desse setor familiar enquanto categoria econômica.

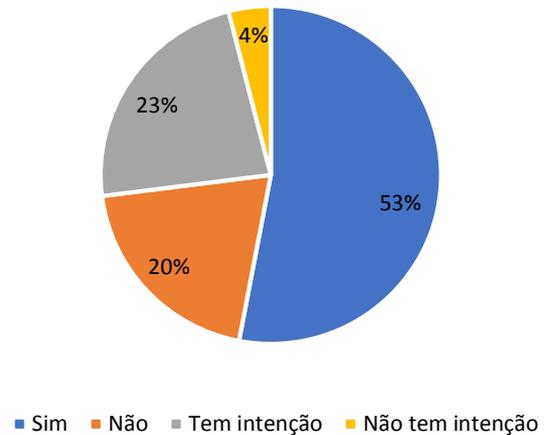


Figura 2. Gestão do planejamento da agricultura familiar localizados na região Baixo Sul da Bahia, região caracterizada por marcantes vulnerabilidades sociais e degradação ambiental, território de identidade

Beneficiário de políticas públicas



Associado ou Cooperado



Fonte: Elaboração das autoras.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ao reconhecer direitos, motivou o nascimento de espaços de participação social, assim, o surgimento do Pronaf, no ano de 1995, estimulou a implementação de outras políticas específicas de desenvolvimento do produtor no campo. Juntamente com o Pronaf, deu-se início a criação de um complexo de medidas norteadas para consolidar e possibilitar a produção agrícola nos moldes da agricultura familiar. O Pronaf se configurou como o primordial incentivo agrícola para os produtores do campo (em quantidade de beneficiários, cobertura nacional e recursos alocados) e, em um contexto histórico, tem desfrutado com um valor ascendente de recursos disponibilizados, alcançando, no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, o montante de R\$ 24,1 bilhões (GRISA; SCHNEIDER, 2014).



Com a finalidade de investigar o resultado do programa de transferência de renda mediante Bolsa Família na frequência escolar de crianças e adolescentes entre 5 a 14 anos de idade de produtores rurais da agricultura familiar dos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba, Melo e Duarte (2010) evidenciaram que a frequência escolar é considerada mais elevada quando as crianças são pertencentes às famílias que apresentam o benefício através do Bolsa Família (98,1%). Quanto ao perfil das famílias estudadas, os estabelecimentos de agricultura familiar beneficiados pelo programa Bolsa Família contam com mães com maior nível de escolarização.

Para Melo e Duarte (2010), os resultados do estudo indicam que a política pública para ruptura da constância intergeracional da carência educacional no ambiente rural do Nordeste não deveria ter apenas como foco os programas de transferências de renda. Nessa realidade, é imprescindível avaliar se políticas complementares que possibilitem a inserção de novas tecnologias, mais incisivas em capital humano, e uma conexão mais ampla ao mercado não devem ser consideradas como auxílios resolutivos no progresso social e econômico desse ambiente. Favero (2010), ao estudar os agricultores familiares pertencentes ao Território Bacia do Jacuípe e semi-árido da Bahia, concluiu que os agricultores familiares que se beneficiam do Bolsa Família, de maneira implícita ou não, ao adquirirem e usufruírem o dinheiro dessas transferências, contribuem para o surgimento de outras redes de cunho social subsidiadas pela troca e no fluxo do dinheiro, gerando e pondo em prática novos sistemas de objetos, de atuações, de vínculos e de representações sociais. Com relação ao Agroamigo, este é um benefício desenvolvido pelo Banco do Nordeste, criado no ano de 2005, com a finalidade de qualificar o funcionamento do Microcrédito Rural Pronaf (Grupo B), bem como melhoria as características socioeconômicas dos agricultores familiares em concessão desse benefício (SILVA; SILVA, 2019).

Assim, com o objetivo de investigar os resultados do programa Agroamigo com os agricultores familiares do Pronaf B dos municípios de abrangência do Banco do Nordeste - Agência de Pau dos Ferros/RN, entre 2005 a 2015. Os resultados obtidos por Silva e Silva (2019) apontaram um incremento nas transações de crédito concedidas pelo Pronaf B através do Agroamigo, o que aponta para relevância desse benefício no que tange à acessibilidade dos



produtores às políticas do governo de incentivo ao desenvolvimento no campo, como Pronaf. Contudo, foram apontados alguns desafios, como a burocracia relacionada a concessão do crédito e documentos necessários, assim como a inaplicabilidade da assistência técnica.

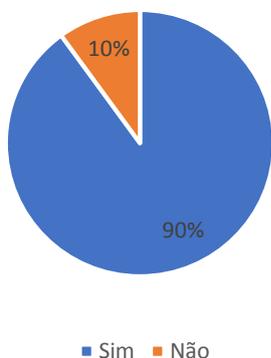
Quando perguntados se são produtores associados/cooperados, 53% referiram que sim, 20% responderam que não, 23% relataram que tem intenção e apenas 4% dos entrevistados não tem intenção de ser associado/cooperado. Vale destacar que 76% dos entrevistados conhecem suas responsabilidades enquanto cooperado/associado (Figura 3). O cooperativismo se confirma como uma alternativa de enfrentamento de problemas e consolidação de boa parte das atividades produtivas, haja vista auxiliar na conquista de resultados mais satisfatórios, bem como viabiliza a introdução e atuação mais dinâmica na economia. Com isso, o produtor da agricultura familiar, almeja estimular sua atividade produtiva, por meio do acesso em associações e cooperativas, sendo esta alternativa dotada de vantagens significativas: contato direto com novas tecnologias, crédito, chances de ingressar em mercados mais amplos e competitivos, benefícios fiscais, e etc. (ANDRADE; ALVES, 2013).

De acordo com Andrade e Alves (2013), por meio da cooperação, os produtores podem obter economias importantes ao adquirirem insumos agrícolas, aprimorar seus métodos de produção e comercialização, obter concessão ao crédito, transporte, serviços profissionais e, no mais, gerar emprego e promover o desenvolvimento socioeconômico. Contudo, mesmo a maioria dos entrevistados terem afirmado serem cooperados e/ou associados, Meneghetti *et al.* (2017), ao realizarem uma pesquisa com objetivo de investigar as relações entre cooperativa e associados da Agricultura Familiar no estado do Paraná, revelaram que ainda existem algumas dificuldades a serem sanadas entre as cooperativas e cooperados. A dificuldade mais persistente faz alusão a inexistência de uma loja da cooperativa destinada a vender os produtos agropecuários de maneira a beneficiar os produtores rurais.

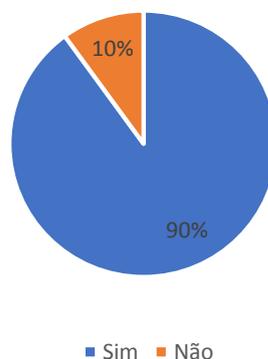


Figura 3: Gestão do planejamento da agricultura familiar localizados na região Baixo Sul da bahia, região caracterizada por marcantes vulnerabilidades sociais e degradação ambiental, território de identidade

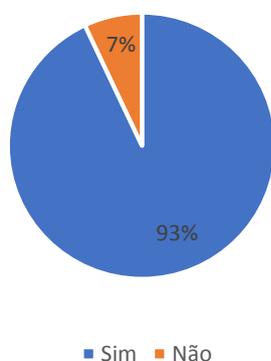
Acesso a Assistência técnica



Acompanhamento de custos



Acompanhamento da produção



Fonte: Elaboração das autoras. Resultados originais da pesquisa.

Os resultados encontrados acerca das variáveis assistência técnica e acompanhamento de custos, apontaram que 90% dos produtores rurais possuem acesso a ambos, e 93,3% dos produtores possuem controle de produção (Figura 3). Complementando o supracitado, de acordo com Andrade; Alves (2013) para se igualar à nova realidade no mercado cada vez mais



competitivo, as cooperativas da área agrícola necessitam qualificar suas atividades de gestão e estreitar os vínculos com os seus associados e se moldar aos novos padrões do mercado.

Entre os produtores aqui entrevistados, observou-se que a gestão é bem controlada, contando com a assistência técnica, acompanhamento de custos e de produção em mais de 90% das propriedades (Figura 3). Esse fato leva a inferir que entre os produtores participantes da pesquisa há um perfil adequado para a gestão das atividades produtivas idealizada pelos produtores junto com as cooperativas e as ONGs. Uma gestão inadequada pode dificultar tanto a sustentabilidade das propriedades quanto das próprias famílias, que dependem destas para sua subsistência.

No que diz respeito a assistência técnica, Andrade e Alves (2013) salientam que nas atividades agrícolas a definição da variedade de produtos a serem cultivados, depende diretamente das peculiaridades de cada propriedade. As características dos empreendimentos associam-se com o tipo de solo, clima, distribuição de chuvas, pragas etc. Desse modo, o emprego do conhecimento técnico qualificado é relevante e tem a finalidade de dirimir as inseguranças e riscos e, desse modo, galgar resultados vantajosos.

Além disso, o acompanhamento dos custos e da produção é de suma importância para se prever eventos adversos. O desconhecimento desses fatores compromete a gestão e o processo de tomada de decisões, sobretudo quando se considera que as atividades acompanham os períodos de sazonalidade, que pode interferir nos ganhos das atividades, visto que os produtores podem ficar determinados períodos sem obter lucros (MENEHATTI; DE FARIÑA; BERTOLINI, 2017).

A gestão e a tomada de decisões da propriedade concentram-se na esposa (75,5%), de acordo com as respostas dos entrevistados, seguido do marido/parceiro (17,2%) e 89,7% dos produtores responderam que todos participam do manejo e tratos culturais da propriedade. Conforme cita Oliveira *et al.* (2021), a Década das Nações Unidas para Agricultura Familiar 2019-2028 enfatiza a relevância mundial dos agricultores familiares frente ao desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [ODS]. Essa relevância da agricultura familiar se dá mediante seu status como elemento social e político, produção de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local.



Desse modo, a literatura sinaliza para a significativa importância da inovação tecnológica nas práticas de sustentabilidade agrícola, contribuindo para uma utilização mais racional dos recursos naturais e ganhos de produtividade ótimos que permitam a manutenção de um padrão satisfatório de vida ao produtor rural (RODRIGUES *et al.*, 2020). As práticas voltadas para a produção sustentável são discutidas na tabela abaixo.

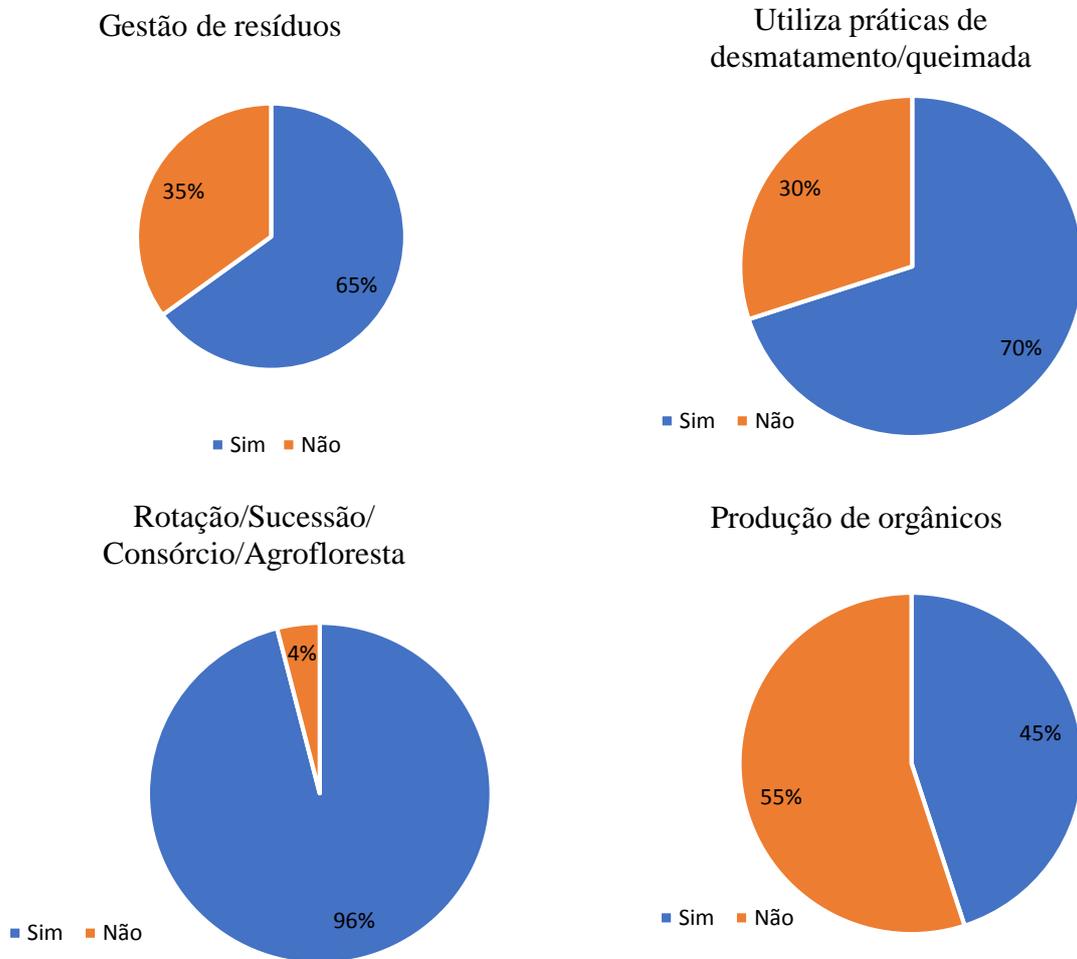
Técnicas sustentáveis de produção agrícola

No que diz respeito as técnicas de produção sustentável, a maioria dos produtores realizam a gestão de resíduos (65%), e 70% dos entrevistados relataram já ter praticado queimada ou desmatamento (Figura 4).

A maior motivação que os levaram os produtores a utilizar práticas de queimada foi porque é a prática mais acessível e fácil, ou que os produtores não conheciam uma alternativa diferente, bem como suas consequências ambientais. Também verificamos que 97% dos produtores utilizam rotação/sucessão ou consórcio/sistema agroflorestal (Figura 4). As principais culturas produzidas nas propriedades são: cacau, banana, cupuaçu, seringueira e mandioca. Endo *et al.* (2017), descreveram que os motivos que levam os agricultores familiares a diversificarem suas culturas é devido ao fato de os mesmos possuírem uma perspectiva empreendedora na busca de novas culturas, ou seja, inerente de grande parte dos agricultores. Além disso, o que contribui para manter as culturas diversificadas é a necessidade de retornos financeiros mais rápidos e a renda da propriedade rural não depender somente de uma cultura. De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), mesmo diante de ferramentas produtivas de minimização do impacto ambiental da prática agrícola, é cabível enfatizar que as atividades conservacionistas são incipientes no Brasil, em que apenas 10,4% dos produtores em território brasileiro empregam o plantio direto e 13,6% ainda utilizam a queimada como estratégia de manejo do solo, e 32,8% fazem uso do método de adubação, sendo que 78,2% representados por fertilizantes químicos e somente 45% aplicam a adubação orgânica, dados estes que concordam com os resultados desse estudo.



Figura 4. Técnicas de produção sustentável utilizados pelos agricultores familiares localizados na região Baixo Sul da Bahia, região caracterizada por marcantes vulnerabilidades sociais e degradação ambiental, território de identidade



Fonte: Elaboração das autoras. Resultado da pesquisa.



Conclusão

Na região Baixo Sul, na Bahia, o perfil dos produtores da agricultura familiar assistidos pela cooperativa e/ou ONG com compromisso em conservação socioprodutiva, além de jovens formados nas Casas Familiares foi composta em sua maioria por homens, com faixa etária entre 18 a 30 anos, e nível de escolaridade com Ensino Médio Incompleto ou Ensino Técnico, apesar deste indicativo de gênero, há que se destacar a respeito da participação feminina efetiva na gestão da propriedade agrícola bem como no compartilhamento de atividades produtivas, fazendo refletir a proposta de inclusão e o empoderamento das mulheres e meninas em sintonia com as questões sociais da Agenda ESG e contribuinte ao desafio de alcançar maior equidade de gênero na Agenda 2030 da ONU.

A maior parte dos produtores recebe benefícios de políticas públicas, tais como bolsa família, Agroamigo, Pronaf, com isso, é possível afirmar que o acesso às oportunidades que promovem o crescimento econômico deve ser inclusivo e sustentável. Os produtores que utilizam técnicas de gestão de resíduos, a partir da capacitação e assistência técnica de boas práticas de manejo, proporcionam maior harmonia com a natureza ao implementar o reuso, a reciclagem e padrões mais sustentáveis de produção e consumo, reforçado pela prática de 97% dos produtores em utilizar rotação/sucessão, consórcio e/ou sistema agroflorestal. Ao relatarem já ter praticado queimada ou desmatamento ratifica, na temática ambiental, a necessidade da intensa exigência do mercado consumidor, empresário e investidores em monitorar e reconhecer que a adoção de critérios ESG, sustentabilidade, representa uma verdadeira mudança às práticas tradicionalmente utilizadas.

Referências

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

BITTENCOURT, D. M de C. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**. Secretaria de Pesquisa e



v. 10, n. 18, p. 5-23, jul./dez. 2022. DOI: 10.22481/recuesb.v10i18.10468

Desenvolvimento Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: Editora Técnica, 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

CARBONERA, R.; FERNANDES, S. B. V.; OLIVEIRA, F. G. de; MELLO, J. B.; UHDE, E. M.; RIGO, D. S. Diversidade de sistemas produtivos e sustentabilidade na agricultura. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, p. 98-118, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro – 2017**. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 1 maio 2021.

ENDO, G. Y.; BACK, V. T.; HOFER, E. Empreendedorismo rural: motivações para a diversificação de culturas na agricultura familiar do oeste de São Paulo. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 3, n. 5, p. 5-21, 2018.

FAVERO, C. A. Produção de riquezas, atratividade e bolsa família. A agricultura familiar no semi-árido brasileiro. **Tempo da Ciência**, v. 17, n. 34, p. 9-39, 2010.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.

FREITAS, W.; WANDER, A. E. O perfil socioeconômico da agricultura familiar produtora de hortaliças em Anápolis (GO, Brasil). **Revista de Economia da UEG**, v. 13, n. 1, p.192-213, 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

LIRA, C. C.; QUEIROZ, M. de L.; COSTA, C. F. S. da; GOMES, R. V. R. de S.; COELHO, J.; FERREIRA, K. M.; SAMPAIO, B. O. Perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Barreiros, PE. XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO–JEPEX, UFPE. **Anais [...]**, Recife, 2013.



v. 10, n. 18, p. 5-23, jul./dez. 2022. DOI: 10.22481/recuesb.v10i18.10468

MELO, R. da M. S.; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, p. 635-657, 2010.

MENEGHATTI, M. R.; DE FARIÑA, L. O., BERTOLINI, G. R. F. Relação entre a cooperativa e cooperado na agricultura familiar: a busca pela sustentabilidade econômica dos produtores de leite. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, p. 108-126, 2017.

OLIVEIRA, E. C. de et al. Agricultura familiar e sustentabilidade no estado do Amazonas: do desenvolvimento local para o setorial. **Revista Grifos**, v. 30, p. 94-111, 2021.

PEREIRA, G. do C.; SOUZA, A. A. de; CUNHA, L. T. da. Perfil de produtores de hortaliças provenientes da agricultura familiar em boa esperança e Varginha–MG. **Revista Agroveterinária do Sul de Minas**, v. 2, n. 1, p. 33-44, 2020.

REIS, C. V. S.; MOREIRA, T. B. S.; CUNHA, G. H. M. O efeito marginal do capital humano na agricultura familiar. **Revista Espacios**, v. 8, n. 23, p. 8, 2017.

RODRIGUES, A. da S. *et al.* Impacto do Projeto Hora de Plantar sobre a sustentabilidade da produção de milho híbrido dos agricultores familiares no Cariri cearense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58 p. 1-21, 2020.

SANTOS, J. C.; SANTOS, D. de J.; PERIN, L. Perfil dos produtores orgânicos de Sergipe. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

SILVA, A. F.; SILVA, C. N. M. da. A atuação do agroamigo junto aos agricultores familiares do grupo B do PRONAF. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 3, p. 125-142, 2019.

Recebido: 16.03.2022

Aceito: 9.12.2022



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



v. 10, n. 18, p. 5-23, jul./dez. 2022. DOI: 10.22481/recuesb.v10i18.10468